

Aposta digital: novas tecnologias transformam a política fiscal

Vítor Gaspar e Geneviève Verdier

12 de abril de 2018



Trânsito em Singapura: a cidade utiliza tecnologia digital para a cobrança pelo uso das vias para administrar os congestionamentos (foto: Kua Chee Siong/ SPH/Newscom).

Em Ruanda, drones controlados por meios digitais transportam sangue até hospitais. Na Estônia, bastam cinco minutos para apresentar a declaração de impostos e 99% dos serviços do governo estão disponíveis online. Singapura foi a primeira cidade a adotar a cobrança eletrônica pelo uso das vias para administrar os congestionamentos. O mundo está se tornando digital e basta um clique para obter informações confiáveis, oportunas e precisas. Os governos estão fazendo o mesmo, ao usar ferramentas digitais nas políticas tributária e de despesa, na gestão das finanças públicas e na prestação de serviços públicos.

Com informações melhores, os governos podem construir sistemas melhores, bem como projetar e executar políticas melhores. A mais recente edição do *Fiscal Monitor* discute as oportunidades e os desafios em jogo à medida que a tecnologia transforma a política fiscal.

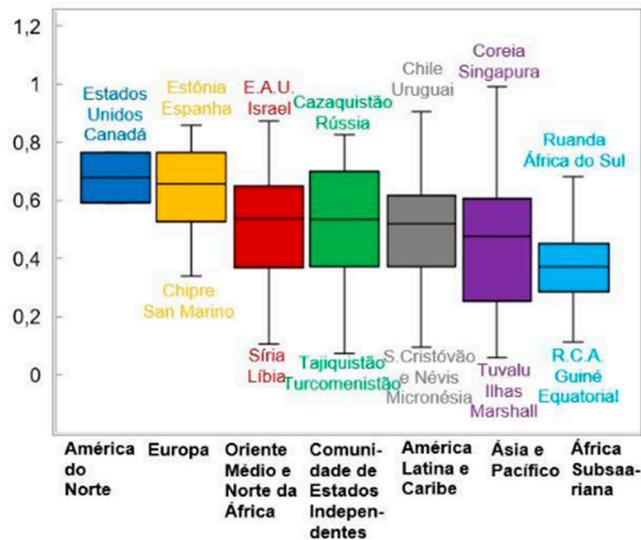
Façam suas apostas

Qual é a aposta? Buscar os benefícios da era digital apesar da possibilidade de fraude, de violação da privacidade e da segurança cibernética, e do custo da adoção de novas tecnologias.

O governo digital nas diversas regiões

O ritmo de adoção das ferramentas digitais pelos países varia muito.

(índice de adoção digital pelos governos, último ano disponível)



Fonte: Banco Mundial, 2016.



Os inovadores não hesitaram em tirar partido das ferramentas digitais para facilitar a vida dos cidadãos. Imposto de renda sem preocupação? Confere. Os quenianos pagam seus impostos diretamente nos seus smartphones, enquanto os noruegueses recebem suas declarações de imposto de renda já preenchidas pelo fisco. Serviços públicos melhores? Claro. Os indianos recebem benefícios sociais por meio de transferências eletrônicas para contas bancárias vinculadas à sua identificação biométrica.

Os países agora conseguem combater a evasão fiscal com soluções digitais. No Reino Unido, a alfândega está usando grandes volumes de dados para detectar fraudes dos importadores na fronteira. Estimamos que a adoção desses métodos poderia aumentar em até 1% a 2% do PIB a arrecadação anual de impostos indiretos na fronteira.

Os ‘Papéis do Panamá’ e ‘Papéis do Paraíso’ expuseram a enorme fortuna oculta em jurisdições com baixa tributação — 10% do PIB mundial, em média. Com os países passando a fazer o intercâmbio digital de informações sobre os contribuintes, surge a possibilidade de rastrear com mais eficácia essa fortuna antes que ela desapareça de vista.

Evitar a aposta?

Por que um governo não apostaria nas novas tecnologias?

Os motivos são vários. Os cidadãos não confiam no governo para proteger suas informações pessoais. Nos Estados Unidos, menos de um terço das pessoas acredita que o governo conseguiria manter a segurança de suas informações digitais.

Muitas famílias pobres não têm acesso a ferramentas digitais e poderiam ser deixadas para trás. Menos da metade da população africana é assinante de uma linha de telefone celular.

As novas oportunidades de fraude são numerosas. Recentemente, as autoridades na Coreia investigaram as maiores bolsas de criptomoedas do país por uma suposta evasão fiscal. Governos com poucos recursos e baixa capacidade enfrentam desafios maiores ao administrar esses riscos.

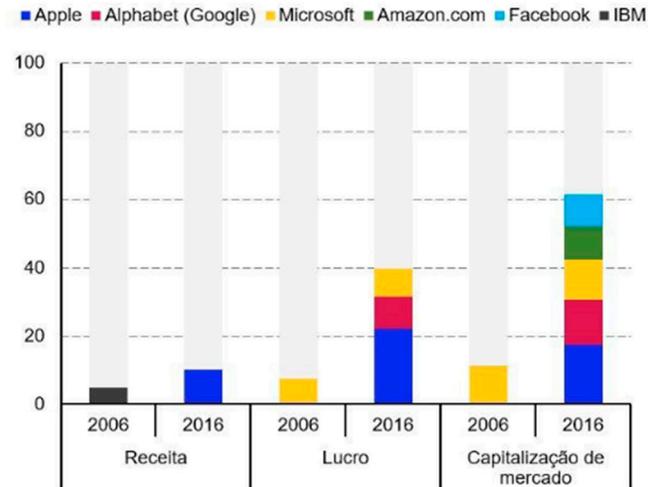
As empresas digitais estão por toda parte

Alguns desafios estão relacionados às políticas. Empresas como Google, Apple, Facebook e Amazon são bem conhecidas, mas as empresas digitais estão por toda parte e geram vendas com pouca presença física. Além disso, se beneficiam do valor gerado pelos usuários — o uso de aplicativos nos nossos smartphones produz informações gratuitas, porém valiosas. Será que os governos podem e devem tributar essa geração de valor onde o consumidor reside, mesmo quando a empresa tem sua sede física em outro lugar?

Dominância digital

A proporção de empresas de tecnologia entre as 10 primeiras do ranking Fortune 500 nos EUA cresceu exponencialmente nos últimos anos.

(Porcentagem)



Fontes: DataStream e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Alphabet corresponde à soma da capitalização de mercado da Alphabet A e Alphabet C. As barras vermelhas destacam as empresas ligadas à tecnologia.



A grande escala das atividades digitais gerou preocupação quanto à equidade da atual distribuição dos direitos de tributação internacionais. Alguns países, como Israel e Itália, adotaram medidas tributárias especializadas visando as empresas digitais, mas essas soluções não coordenadas não seriam a resposta. À medida que toda a economia se tornar digital, serão necessárias soluções de âmbito mundial.

O caminho a seguir

As pessoas estão substituindo os táxis pelo Uber, os hotéis pelo Airbnb e o dinheiro vivo pelo PayPal. E os governo, podem ficar à margem dessa transformação?

Provavelmente não. Para superar os desafios, é preciso:

- **Uma agenda de reformas proativa e abrangente** que aborde as debilidades políticas e institucionais para administrar os riscos digitais e garantir a inclusão. Na Índia, isso significou não apenas adotar a identificação biométrica para que os beneficiários corretos recebessem assistência na forma de renda, mas também reformular o próprio desenho do programa.

- **Recursos suficientes no orçamento.** No início do seu processo de digitalização, a Coreia garantiu recursos orçamentários para planos plurianuais.
- **Cooperação internacional.** Em alguns casos, enfrentar esses desafios exige determinação em nível internacional. Por exemplo, para reduzir a evasão para jurisdições de baixa tributação ou formar um consenso sobre a tributação da economia digital, serão necessários esforços multilaterais.

A digitalização não resolverá todos os problemas enfrentados pelas autoridades; pode até gerar novos problemas. Mas os governos não podem apostar contra essa tendência. Resista por sua conta e risco, ou embarque numa jornada que vai traçar o caminho a seguir.



Vítor Gaspar, cidadão português, é Diretor do Departamento de Finanças Públicas do Fundo Monetário Internacional. Antes de ingressar no FMI, ocupou vários cargos superiores na área de políticas do Banco de Portugal, inclusive, mais recentemente, o de Conselheiro Especial. Foi Ministro de Estado e das Finanças de Portugal de 2011 a 2013. Chefiou o Gabinete de Conselheiros de Política Econômica da Comissão Europeia de 2007 a 2010 e atuou como Diretor-Geral de Estudos Econômicos no Banco Central Europeu de 1998 a 2004. Doutorou-se e agregou-se em Economia pela Universidade Nova de Lisboa, tendo também estudado na Universidade Católica Portuguesa.



Geneviève Verdier é Subchefe de Divisão no Departamento de Finanças Públicas do Fundo Monetário Internacional. Antes de ingressar no FMI, foi professora assistente de Economia na Texas A&M University. Anteriormente, trabalhou como economista no Departamento de Estudos do Banco do Canadá. Doutorou-se na Universidade da Colúmbia Britânica. Em seu trabalho e suas pesquisas em publicações sobre política e estudos do FMI, em livros e em periódicos arbitrados, aborda uma ampla gama de questões macroeconômicas ligadas à eficiência dos gastos públicos, ao investimento público, à reestruturação da dívida soberana, ao crescimento econômico e ao desenvolvimento financeiro.